

## MULHERES AFRO-AMAZÔNICAS SANKOFAS: PROCESSOS EDUCATIVOS EM MOVIMENTO POLÍTICO

### AFRO-AMAZONIAN WOMEN SANKOFAS: EDUCATIONAL PROCESSES IN POLITICAL MOVEMENT

Recebido em: 20/06/2024

Aceito em: 07/09/2024

Publicado em: 23/09/2024

Gilcilene Dias da Costa<sup>1</sup>   
Universidade Federal do Pará

Maria Madalena Silva da Silva<sup>2</sup>   
Universidade Federal do Pará

**Resumo:** No território dos rios, ruas e ramais do município de Abaetetuba, mulheres afro-amazônicas em rizomas de saberes tecem redes de apoio, fortalecimento político, luta social organizada, trocas. É neste lugar que o Coletivo mulheres negras Sankofa promove educação antirracista e política no baixo Tocantins. O objetivo desta pesquisa é analisar a formação, participação e os saberes elaborados e difundidos pelo Coletivo negro SANKOFA. A Cartografia dos rizomas, baseada em Deleuze e Guattari (1995), foi o caminho escolhido como metodologia para este estudo, pelas redes de multiplicidade, liberdade para pesquisa e descentralidade do conhecimento que a cartografia possibilita. Apoiada em: BERTH (2019); COLLINS (2019); DAVIS (2016, 2017); DELEUZE e GUATTARI (1995); GOMES (2017, 2019), KILOMBA (2019); PRIOLI (20022). O Sankofa é reiteradamente solicitado para estar promovendo palestras, debates, em espaços formais e não formais de ensino. O que leva a inferir que é um movimento que educa o campo educacional e político, com desdobramentos para o município de Abaetetuba, Igarapé-Miri e suas circunvizinhanças. A capacidade de produzir conhecimentos e práticas educativas emancipatórias, construções políticas, evidenciam identificações da positividade da estética negra, encontros aquilombados, essas construções resultaram na conquista de uma mandata antirracista.

**Palavras -chaves:** Educação Antirracista; Mulheres Negras; Movimento Negro; Política.

**Abstract:** In the territory of the rivers, streets and branches of the municipality of Abaetetuba, Afro-Amazonian women in rhizomes of knowledge weave support networks, political strengthening, organized social struggle, exchanges. It is in this place that the Sankofa black women's collective promotes anti-racist and political education in lower Tocantins. The objective of this research is to analyze the formation, participation and knowledge developed and disseminated by the SANKOFA black collective. Rhizome Cartography, based on Deleuze and Guattari (1995) was the path chosen as methodology for this study, due to the networks of multiplicity, freedom for research and decentrality of knowledge that cartography makes possible. Supported by: BERTH, (2019); COLLINS (2019); DAVIS (2016, 2017); DELEUZE and GUATTARI (1995); GOMES (2017, 2019), KILOMBA (2019); PRIOLI (2022). Sankofa is repeatedly asked to promote lectures, debates, in formal and non-formal teaching spaces. Which leads to the inference that it is a movement that educates the educational and political field, with consequences for the municipality of Abaetetuba, Igarapé-Miri and its surrounding areas. The ability to produce emancipatory educational knowledge and practices, political constructions, evidence identifications of the positivity of black aesthetics, quilomba encounters, these constructions resulted in the achievement of an anti-racist mandate.

**Keyword:** Anti-racist Education; Black Women; Black Movement; Policy.

<sup>1</sup>Docente da Universidade Federal do Pará/CUNTINS/Faculdade de Linguagem. Docente permanente dos Programas de Pós-graduação PPGEDUC/UFPA e PGEDA/EDUCANORTE. E-mail: gilcileneufpa@gmail.com

<sup>2</sup> Aluna do programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia Associação Plena de Rede - EDUCARNORTE da Universidade Federal do Pará. E-mail: madceg@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, por sua constituição histórica é racista. Os Movimentos Negros em seu bojo, promovem educação antirracista. É uma educação não formal. Mas, a capacidade de produzir, sistematizar e articular saberes emancipatórios, fez do Movimento Negro um agente social, que foi e é capaz de reeducar o campo educacional. Estas são afirmações que constam no livro “O Movimento Negro Educador” de Nilma Lino Gomes. A investigação das contribuições deste movimento social, em nível nacional, estadual e local, corrobora para delinear as formas eficientes para construção de uma sociedade antirracista.

Os movimentos negros são espaços formativos de fortalecimento político, de luta social organizada, mas, também, locais de construções de relações, afetos, trocas, acolhimento para estar entre os seus, pessoas que lidam com as violências do racismo diluído na sociedade.

Praticamente em toda a sua trajetória histórica e, especialmente, em sua fase contemporânea, o movimento negro vem travando uma luta de cunho cultural e sociopolítico como forma de erradicar o racismo, a discriminação e o preconceito que o negro tem sofrido historicamente. A luta cultural é mediada pela reivindicação do respeito, valorização, reconhecimento da influência e da importância da cultura negra. O aspecto sócio-político é identificado principalmente a partir da fundação do MNU, com o dar-se conta de que a luta anti-racista passa também pela ocupação dos espaços políticos, tradicionalmente dominados por não negros. O movimento negro tem criado estratégias, pensado, proposto e reivindicado a implementação de políticas públicas em prol da comunidade negra (ADÃO, 2003, p. 48).

Os movimentos negros ao longo da história fazem denúncias de racismo em distintos contextos, colocam a sociedade a par das complexidades que precisamos enfrentar por cidadania e justiça. Dessa forma, podemos observar que essas organizações estão atentas às políticas e às formas de dirimir as desigualdades raciais no Brasil e a discriminação e preconceitos raciais presentes na sociedade.

Diversas pistas históricas, culturais, sociais, científicas evidenciam com consistência que as lutas contra as opressões das pessoas negras, ocorriam mesmo antes de suas entradas forçadas nos navios negreiros durante o sequestro dessas pessoas de seu continente. Gomes (2017) aponta que os processos de lutas do povo negro são coletivos, mas também individuais.

As linhas de resistências do povo negro eram diversas, fugas, irmandades, organização de quilombos, suicídios. Silva (2020), em sua pesquisa nos conta sobre a luta por liberdade de Mariana:

“Mulheres negras, porém, historicamente têm questionado poderes, desafiado estereótipos, preconceitos e representações negativas, enfrentado violências, desigualdades e discriminações”. E isso sem dúvida remonta ainda os períodos de escravização. O caso da preta mina Mariana, talvez seja o primeiro registro localizado de pedido formal de alforria, de uma africana na primeira metade do século XVIII em Belém, onde o documento evidencia a nação de quem solicita liberdade. Embora, antes disso possa ter havido outros requerimentos de liberdade, como no caso de Antônio de Melo, pardo, praça de soldado do Estado do Maranhão, escravizado de Gregório de Melo e Magalhães, morador na cidade do Pará. No entanto, há diferenças bem nítidas nos dois pedidos, haja vista que, Mariana é identificada como africana e Antônio como pardo, a mulher foi quem solicitou a liberdade, no caso de Antônio que era militar, quem solicitou foi seu senhor, Gregório Magalhães. Sendo pardo provavelmente (SILVA, 2020, p.19).

As lutas por liberdade eram sempre árduas, recorrentes, arquitetadas com sofisticação, incluindo caminhos formais em alguns casos, como foi a história de Mariana. As populações negras trazidas do continente africano para o Brasil sempre criaram processos de resistência. No século XX os movimentos sociais e negros assumiram um decisivo protagonismo político. Almeida (2019), afirma que a luta política – que envolveu disputas institucionais e até combates armados – foi organizada com os movimentos sociais formados por intelectuais de produção variada, oriundos de diversas matrizes culturais e ideológicas, que dialogam, mesmo que de modo tenso e muito crítico, com vertentes liberais, existencialistas, marxistas, e acrescentamos, antirracistas.

O certo é que a “experiência política e intelectual dos movimentos negros serviram para inspirar práticas pedagógicas inovadoras que contestaram firmemente os fundamentos do racismo” (ALMEIDA, 2019, p. 147-148).

Sob esse viés, Kilomba (2003) afirma que a primeira referência que se faz de luta da população negra por educação se refere a uma notícia datada de 6 de outubro de 1907, nas páginas de “O propugnador”, um jornal negro publicado pela “Sociedade Propugnadora 13 de maio” que integra a Imprensa Alternativa Negra (IAN), naquela época aparece nesses jornais, um canal de considerada circulação, sobre as aulas oferecidas nos turnos diurnos e noturnos pela Irmandade Nossa Senhora do Rosário, que recebia em suas dependências alunos de quaisquer origens étnicas e raciais.

Porém, a atuação do movimento negro faz-se perceber com mais força no campo da educação a partir dos anos de 1930 no Brasil. Siss (2003) afirma que as organizações de afro-brasileiros desenvolveram atividades educacionais e culturais entre 1930 e 1937 que se destacam pelo Centro Cívico Palmares, o Clube Negro de Cultura Social, a Sociedade Beneficente: Amigos da Pátria, o Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, a Sociedade

Amigos da Pátria, o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos e a Frente Negra Brasileira (FNB), a qual sem dúvida, segundo o autor, foi a mais importante organização social negra desse período, tendo em vista sua durabilidade, realizações e presença em vários estados brasileiros.

Nas palavras de Kilomba (2019), urge pensarmos e construirmos conhecimentos a partir de nossas experiências, perspectivas, de nosso lugar, em que nossas realidades históricas, políticas, sociais sejam refletidas não pelo conhecimento eurocêntrico, colonial, mas partindo da visão de quem enfrentou as opressões. Dentre essas tantas vozes está inclusa a de mulheres negras que vêm ecoando e, tornando mulheres livres, emancipadas.

Ademais, os movimentos negros nos quais as mulheres historicamente participaram, ao longo da história faziam denúncias de racismo no contexto da escola, provocando a sociedade à construção de caminhos por cidadania, justiça e educação antirracista. Dessa forma, podemos observar que essas organizações estavam atentas às políticas e às formas de dirimir as desigualdades raciais no Brasil e a discriminação e preconceitos raciais.

As mulheres negras no Brasil estiveram ligadas historicamente à resistência e às lutas, como Taís Pereira de Freitas destaca:

Oriundas ou herdeiras de uma forte tradição oral, as mulheres negras, fossem africanas, brasileiras, cativas, forras ou nascidas livres, transmitiam às crianças das quais cuidavam saberes marcados pela cultura africana, fosse ao som das palavras, na musicalidade das cantigas de ninar, na tradição guerreira das histórias contadas para aquietar. Assim, os saberes diversos, quer aprendidos na diversidade do continente africano ou ouvidos, recontados e adaptados em solo brasileiro, foram repassados na forma de cantigas e histórias de ninar, expressando padrões de sociabilidade influenciados pela riqueza da tradição cultural africana (FREITAS, 2017, p. 47).

O censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – indicou que o Estado do Pará contabilizou percentual superior a 76% de sua população, como sendo composta de pretos e pardos, que constituem a categoria de negros. Tal percentual, evidencia que o Pará é o Estado formado com maioria expressiva de população negra. Ainda de acordo com o IBGE, 54% da população brasileira é negra. Portanto, a população do Brasil é majoritariamente negra. Todavia, os crimes de injúria racial e de racismo são recorrentes e em grande parte impunes.

No Pará, as comunidades tradicionais, como as Quilombolas, somam 413 já mapeadas pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –NAEA – da Universidade Federal do Pará – UFPA, dialogando continuamente com a Fundação Palmares. Entretanto, mesmo sendo

maioria demográfica, os discursos racistas e sua promoção são constantes e reiterados. Para evidenciar basta recordar que, em 2018, a autoridade política presidencial brasileira proferiu discurso de cunho racista acerca do tráfico transatlântico de escravizados, onde os africanos foram apontados negativamente como os únicos responsáveis pela diáspora africana no Atlântico, notadamente no Brasil.

Também, este mesmo político, ainda no ano de 2018, em visita a uma comunidade quilombola, afirmou que “o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas” e que “nem para procriador ele servia mais”. Apesar dos discursos e práticas racistas, foi eleito para o cargo máximo que um político poderia ocupar no Brasil. O racismo expressado pelo então presidente, mas também proferido cotidianamente por pessoas comuns, foi e é naturalizado, o racismo no Brasil é estrutural e institucional porque assim foi produzido historicamente pelas elites brancas, e está profundamente arraigado nas práticas sociais e, portanto, impregnado na sociedade brasileira por estratégias culturais e ideológicas, conforme podemos verificar na compreensão de Almeida (2019):

A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial (ALMEIDA, 2019, p. 50-51).

No Pará, o Centro de Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), que foi fundado em 10 de agosto de 1980, aprovou os estatutos em 16 de agosto de 1981 e foi registrado em 27 de abril de 1982. Essa organização do Movimento Negro tem ampla contribuição para a defesa do negro no Estado do Pará, notadamente para uma educação antirracista. Mas, saindo da capital paraense, existem movimentos e organizações regionais, municipais/locais antirracistas, esses movimentos não estão no centro geográfico, mas são capilaridades envolvidas em lutas e atividades. Nesse aspecto, destacamos o coletivo negro SANKOFA.

Tendo por base tais perspectivas, esta pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: de que forma mulheres afro-amazônicas agenciadas em movimentos educativos e políticos vêm contribuindo conjunta e continuamente com o desmonte do racismo? E apresenta o seguinte objetivo: analisar a formação, participação e os saberes elaborados e difundidos pelo Coletivo negro SANKOFA (na perspectiva do Movimento Negro educador e político) no município de Abaetetuba, com destaque para as mulheres afro-amazônicas agenciadas em movimentos educativos e políticos no caminhar para uma educação antirracista.

SANKOFA é uma palavra proveniente da língua twi ou axante, sendo composta pelos termos *san*, que é “retornar; para retornar”, *ko*, que significa “ir”, e *fa*, que quer dizer “buscar; procurar”. Pode ser traduzida como “volte e pegue”. Um de seus símbolos é o Adinkra, um pássaro que é representado com os pés firmes no chão e a cabeça virada para trás, segurando um ovo com o bico. O ovo simboliza o passado, demonstrando que o pássaro voa para frente, para o futuro, sem esquecer do passado. Esse movimento de olhar o passado para a construção de um presente e um futuro com equidade racial, foi sintetizado pelo intelectual, poeta, escritor, dramaturgo, artista visual e ativista pan-africanista Abdias Nascimento (2016), como: “Retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”.

O Coletivo SANKOFA Negras e Negros de Abaeté se efetivou como movimento social no segundo semestre do ano de 2016. O coletivo denunciou e denuncia o racismo em várias frentes, na estética, na política, nas instituições, na educação. Tem à frente 8 (oito) mulheres negras, do município de Abaetetuba, moradoras das áreas urbanas e rurais do município, com idade entre 18 e 44 anos, algumas com formação acadêmica, outras não. A conexão dessas mulheres ocorre pelas questões relacionadas à estética negra, a princípio, principalmente os cuidados com os cabelos crespos e cacheados, pois, um dos marcadores étnico-raciais robustamente usados com viés de inferioridade pelo racismo é o fenótipo do cabelo crespo. No coletivo, rapidamente as integrantes começaram a partilhar outras vivências e as dificuldades de ser negra em uma sociedade racista.

O cabelo crespo figura como um importante símbolo da presença africana e negra na ancestralidade e na genealogia de quem o possui. Mesmo que a cor da pele seja mais clara ou mesmo branca, a textura crespa do cabelo, em um país miscigenado e racista, sempre é vista como um estigma negativo da mistura racial e, por conseguinte, é colocada em um lugar de inferioridade dentro das escalas corpóreas e estéticas construídas pelo racismo ambíguo brasileiro. Mesmo que a textura crespa do cabelo não seja exclusiva dos povos africanos, o racismo lhe impõe um reducionismo perverso, e a sociedade brasileira aprendeu a olhá-la como sinal não só de mistura,

Página 6 de 16

DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v6i3.1526>



mas a parte considerada socialmente e “biologicamente” inferior da mestiçagem”. (GOMES, 2019, p. 18).

As conexões entre as mulheres do coletivo, os lugares, as cores, os trançados, os saberes ancestrais partilhados e multiplicados, formam linhas que se agenciam, encontram e tecem redes de afetos, segurança, encantamentos, um falar para suas iguais, escuta entre pares, para quem entende suas dores, suas inseguranças, respeito, empatia entre mulheres com seus crespos tipos 3c, 4b, ou outras curvaturas do cabelo, tratando deste fenótipo. Pessoas que já haviam passado inúmeras vezes pelos atravessamentos discriminatórios que atingem a vida das pessoas negras cotidianamente.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Cartografia dos rizomas, baseada em Deleuze e Guattari (1995), foi o caminho escolhido como metodologia para este estudo, pelas redes de multiplicidade, a liberdade para pesquisa que a cartografia possibilita, e que de forma rizomática aponta para a descentralização do conhecimento vindo de várias aberturas. De acordo com Passos e Barros (2015), a cartografia dos rizomas não consiste em coordenadas predeterminadas, mas sim em procedimentos abertos de construção contínua no caminhar da pesquisa.

Para acompanhar processos, não podemos ter predeterminada de antemão a totalidade dos procedimentos metodológicos pistas que guiam o cartógrafo são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa (PASSOS; BARROS, 2015, p. 13).

A cartografia são linhas que se conectam, se alargando de forma heterogênea, possibilitando criações, descobertas, movimentos e construção de novos caminhos. A imersão na pesquisa-intervenção com o coletivo SANKOFA perfaz um público de 50 a 200 pessoas, diálogo com as mulheres do coletivo e com pessoas que participaram de eventos organizados pelo coletivo, além de documentos que contêm informações sobre projetos de leis da legislatura de 2021 a 2024 da câmara municipal de Abaetetuba, essas foram as linhas metodológicas da produção dos materiais que cruzam e tecem as teias desta pesquisa.

Nos últimos anos o SANKOFA promoveu debates antirracistas nas escolas, na Universidade Federal do Pará, nas faculdades, nos Institutos de Ensino do Município de Abaetetuba, também em barracões de igrejas, em redes sociais na internet, nos espaços públicos e de uso comum como as praças, quilombos. Além de lives, produção literária e

oficinas diversas, no município de Abaetetuba, mas, também em municípios vizinhos, como Igarapé-Miri e Moju, além da participação da comunidade negra desses municípios nos eventos promovidos pelo coletivo.

## SEÇÃO I

Sentimento de pertencimento, irmandade, não hierarquia, de olhar o outro e se ver nele, se fortalecer, é o que os encontros proporcionavam. As reflexões que emergiam nos debates nas rodas de conversas, palestras, debates, retirando da “normalidade” as violências verbais cotidianas do racismo, as pessoas identificavam, compreendiam o racismo que lhes atingia nestes encontros educativos; capturas de imagens, mostrando beleza, e a beleza, era preta, retinta, crespa, nariz largo, turbante, lábios grossos, tranças, estampas, mocambo, refúgio.

A estética negra sempre foi motivo de atenção e cuidado, devido aos fenótipos como cabelos, lábios e nariz serem marcadores significativos desses grupos étnico-raciais. Assim, o posicionamento do movimento negro, que vem trabalhando amplamente no enfrentamento ao racismo, também pauta a questão estética que atinge a população, a qual ocasiona o sentimento de inferioridade e baixa autoestima. Aparelhos televisivos fortaleceram amplamente um olhar simplista, sem história, sem memória, sem afetos do povo negro.

Durante décadas, desde que a televisão foi criada e se tornou veículo autêntico de comunicação de massas, por volta de 1964, diariamente pessoas negras são bombardeadas com a informação de inadequação e/ou de inexistência. Aquele aparelho que adentrava com frequência gradativa os lares brasileiros constituídos por indivíduos que não questionaram e, portanto, não eliminaram a mentalidade colonial anti-negros, viabilizava a consolidação pacífica e cordial desse ideário de hierarquização racial. Nos programas, novelas, filmes, propagandas etc., a imagem da pessoa negra oscilava entre a escassez premeditada e aceita pela branquitude, que sempre quis se assemelhar a cidadãos do continente europeu, negando ao máximo suas raízes afro-ameríndias, e o vilipêndio descarado de nossas identidades, cimentando no imaginário de toda uma sociedade a forja de uma existência casual ou causal, a exemplo das novelas globais que dialogavam e reproduziam os costumes e a mentalidade da segunda metade do século XX, e que nunca levaram ao ar uma história negra completa, com família, afetos, trabalho, desejos e anseios, tão comuns como os de qualquer pessoa branca retratada nesse mesmo veículo. Os símbolos de beleza exaltados e os protagonistas de diversas histórias sempre foram brancos (BERTH, 2019, p. 118-119).

Urge pensarmos e construirmos conhecimentos a partir de nossas experiências, perspectivas, de nosso lugar, em que nossas realidades históricas, políticas, sociais sejam refletidas não pelo conhecimento eurocêntrico, colonial, mas partindo da visão de quem

enfrentou as opressões. Vozes de mulheres negras vêm ecoando e, gradativamente, tornando mulheres livres, emancipadas.

Construir saberes coletivamente traz maior significado e compreensão, e o entrelace dessas linhas de conhecimentos antirracistas são pontes para mulheres negras que são atravessadas pelas opressões racistas e machistas. Positivar nossa estética negra é caminho para construção da autoestima e aberturas de caminhos contra distintas opressões que nos atravessam.

É interessante destacar que uma educação antirracista busca os conteúdos de ensino pautados em experiências e conhecimentos críticos, políticos, estéticos e éticos que valorizam a população negra, reconhecem, combatem, estranham a discriminação racial.

## SEÇÃO II

A cidade de Abaetetuba, de acordo com os dados do IBGE de 2022, possui uma extensão territorial de 1.610,60 km<sup>2</sup>. O município é composto geograficamente por 72 ilhas, 35 colônias e 14 bairros em seu território, localizado no nordeste paraense. Com uma população de 158.188 habitantes, sendo 40.000 os que habitam as ilhas. Os demais habitantes estão divididos entre a sede e a estrada do município. Sua população é composta expressivamente por negras e negros. A economia é baseada no comércio e na prestação de serviços, além do extrativismo e da pesca. Abaetetuba já foi conhecida como a “Terra da Cachaça” e atualmente é conhecida como a “capital mundial do brinquedo do miriti”.

As ações antirracistas neste município devem ocorrer seguindo as legislações e demais documentos que orientam para uma educação que possa dirimir o racismo. Os caminhos que vinham sendo abertos pelo coletivo SANKOFA possibilitaram ampliar os espaços de lutas, e os passos dados com os encontros, rodas de conversa e as mais variadas atividades que o coletivo vinha efetivando, fez as integrantes pensarem em como seria representativo e fortalecedor uma mulher negra ocupar um espaço político.

Os espaços políticos majoritariamente ocupados por homens brancos, historicamente detentores de poderes, culturalmente vistos como capazes, aptos a comandar, amparados pelas estruturas patriarcais, acaba sendo um lugar ocupado como que em uma ordem natural por eles, essa presença de homens na política como suas estadas geracionais e aptos de exercer o poder, é comum dentro do poder executivo, legislativo e judiciário há muitas gerações.

A conquista do voto feminino como direito cidadão é recente na história do Brasil.

Na verdade, a ideia de que cidadãos adultos, independentemente do gênero, nível de escolaridade e renda, devem ter os direitos políticos de eleger e, se quiserem, ser eleitos é bem mais recente. No Brasil, as mulheres só puderam votar a partir de 1932; nos EUA, até o final dos anos 1950, a população negra encontrava todo tipo de obstáculo legal e ilegal no exercício do direito ao voto; e, até hoje, em grande parte das democracias, indivíduos encarcerados têm seus direitos políticos severamente reduzidos (PRIOLI, 2021, p.75).

A presença feminina nos espaços políticos conta com a luta para garantir o direito ao voto das mulheres, essa luta teve à frente Leolinda Daltro, uma das primeiras líderes feministas brasileiras, ela ajudou a fundar o partido republicano feminino, em 1910. Outra presença histórica é a professora Celina Guimarães Viana, que foi a primeira mulher a votar no Brasil, em 5 de abril de 1928, na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, é dela o primeiro registro do voto feminino no país. Mas o direito ao voto das mulheres foi concedido somente em 1932 por meio do decreto 21.076, que criou a justiça eleitoral, pelo presidente Getúlio Vargas, o código eleitoral de 1932 só permitia que votassem ou fossem votadas as mulheres casadas com autorização do marido ou as viúvas e solteiras com renda própria. O voto feminino tornou-se constitucional em 1934, mas era facultativo, só passando a ser obrigatório e equiparado ao voto masculino em 1965. O direito ao voto, e posteriormente, ser votada, foi uma construção de lutas femininas, na compreensão de que a presença de mulheres no espaço político haveria de transformar a política e as políticas direcionadas às mulheres.

O IBGE apresenta em suas estatísticas que as mulheres somam 52% da população, esse número sobe quando aponta o percentual de eleitorado feminino, que representa 52,65%, contudo, a participação feminina na política é reduzida. Abaetetuba teve a primeira mulher eleita para o poder legislativo no ano de 1982, porém, a primeira legislatura do município ocorreu em 7 de janeiro de 1881, no vácuo cronológico, um século depois, uma mulher é eleita, para a câmara municipal, a vereadora Joserlina Maués, ela também foi a única presidenta da casa legislativa de Abaetetuba até o ano de 2023. Todas as outras pessoas a presidirem a câmara foram homens.

A falta de representatividade feminina na política é fruto de uma longa história de exclusão das mulheres do processo político. Enquanto os homens começaram a votar no país em 1532, as mulheres só conquistaram esse direito 300 anos depois, em 1932. De acordo com o TSE, em 2021, quando a Câmara dos Deputados comemorou 195 anos de existência, já tinham passado por aquela Casa 7.333 deputados, incluídos suplentes, enquanto as mulheres haviam ocupado apenas 266 cadeiras (GRUNEICH; CORDEIRO, 2022, p. 13).

Estudos de Dácio e Ribeiro (2016) apontam Joserlina Maués a primeira vereadora do município de Abaetetuba, ela era filiada ao Partido Movimento Democrático dos Trabalhadores (PMDB), mesmo partido do prefeito e governador da época, João Bitencourt e Jader Barbalho, respectivamente, ela exerceu quatro mandatos (1982-1996), Joana Conceição do Partido dos Trabalhadores (PT) exerceu um mandato, Andrea Pacheco do Partido Progressista (PP) exerceu um mandato, Edileuza Muniz (PT) exerceu cinco mandatos. Nas eleições de 2020 historicamente três mulheres são eleitas para a câmara municipal de Abaetetuba, Edileuza Muniz (PT) é reeleita, Jô Dias (PSDB) e professora Madalena (PSOL) ambas são eleitas pela primeira vez.

Eleger poucas mulheres significa restringir essa possível influência benéfica e reforçar a ideia de que o ambiente político é naturalmente masculino. Forma-se, assim, um círculo vicioso que naturaliza a ideia de que a política não é lugar das mulheres e impede o avanço delas nesse campo, embora, na verdade, os fatores de dificuldade não estejam na vontade delas, mas nas condições do jogo. (GRUNEICH; CORDEIRO, 2022, p.17).

O coletivo SANKOFA tem importância ímpar na tomada de decisão de apontar e apoiar a candidatura de uma mulher negra a uma vaga no poder legislativo municipal, e uma de suas integrantes, a professora Madalena, é coletivamente escolhida como nome para disputar o pleito de 2020. Essas mulheres juntam seus saberes e lutas ancestrais, o que o movimento negro faz há séculos neste país não somente apoiando, mas tomando a candidatura como sua, e nas eleições de 2020 esse coletivo de mulheres consegue eleger a primeira mulher que se reconhece como negra e lésbica no município de Abaetetuba, com 932 votos. Elas conseguem a última cadeira, das quinze vagas para a vereança no município, o que foi uma grande conquista, por ter sido a primeira vez que ela se candidata, pelas condições apresentadas, como o baixo financiamento de campanha com essa: de mulher, negra, que não era do meio político partidário, no partido a prioridade era a reeleição do vereador que o partido já tinha.

Felizmente as eleições municipais de 2020 trouxeram bons resultados, com um aumento expressivo da importância da pauta feminista, antirracista e dos direitos LGBTQIA+ nas candidaturas, sobretudo nas grandes cidades e em legendas de esquerda. No campo político mais amplo, essa é uma tendência nos últimos anos, quando essas discussões começaram a ganhar força no debate público, no interior de alguns partidos políticos, na mídia, na universidade e em grande parte dos espaços da esfera pública (PRIOLI, 2021, p.198).

Após essa vitória popular um novo agenciamento é tecido, o coletivo agora se compõe em ramificações de pessoas que, juntas, em rizomas, serão o coletivo “Por todas as vozes”, sem uma figura que coordena ou chefia, uma mandata de vereadora composta por mãos de mulheres com atravessamentos que são raros de ocupar espaços políticos.

No exercício da mandata, (o termo mandata é assumido para ser usado em substituição a mandato), o trabalho exercido pelo coletivo tem as seguintes pautas políticas: mulheres negras, mulheres, pessoas com deficiência, população negra, comunidades ribeirinhas e quilombolas, educação e comunidade LGBTQIA+.

O coletivo desenvolve vários trabalhos em seu fazer político, como: cinemas nas comunidades (denominado cine Ubuntu, que leva entretenimento e debates sobre temas ambientais, inclusivos e político), rodas literárias em praças, palestras em escolas, cursos de formação profissional e política para mulheres, além de legislar, fiscalizar e representar.

Apresentamos dados do trabalho legislativo da mandata referentes a projetos de leis, o memorando nº 001/2023 – secretaria da câmara municipal de Abaetetuba-CMA, de 10 de março de 2023, que traz o seguinte texto: “O presente memorando tem por finalidade notificá-la acerca da solicitação feita no dia 23 de fevereiro de 2023, através de requerimento, no qual Vossa Senhoria busca informações junto a este departamento acerca da quantidade de Projetos de Leis (PL’s) apresentados por cada parlamentar até o presente momento (10/03/2023) da atual legislatura (2021-2024), e ainda sobre: (a) o quantitativo de PL’s aprovados, (b) o número de PL’s com parecer contrário das Comissões e, finalmente, (c) o número de pedidos de arquivamentos por cada proponente”.

Optamos em não apresentar os nomes dos outros vereadores da casa legislativa. Feito o levantamento, chegou-se aos seguintes dados:

Parlamentares	Nº de PL’s	PL’s aprovados	PL’s com parecer contrário	PL’s arquivados	PL’s em trâmite
Vereador/a 1	8	<u>6</u>	<u>1</u>	1	0
Vereador/a 2	13	8	4	1	0
Vereador/a 3	6	2	2	1	<b>1</b>
Vereador/a 4	3	1	2	0	0
Vereador/a 5	1	1	0	0	0
Vereador/a 6	0	0	<u>0</u>	0	0
Vereador/a 7	3	1	0	0	2
Vereador/a 8	8	3	4	0	1

Vereador/a 9	9	7	2	0	0
Vereador/a 10	14	7	6	0	1
Madalena Silva	22	8	10	4	0
Vereador/a 11	3	1	1	1	0
Vereador/a 12	2	1	0	1	0
Vereador/a 13	8	6	2	0	0
Vereador/a 14	9	5	4	0	0
Total	109	57	38	9	5

Fonte: Protocolo Interno da Câmara Municipal de Abaetetuba, consultado em 10/03/2023 às 12h:20 min.

Dos oito projetos de leis aprovados, três são referentes às pessoas com deficiência, um relacionado a crianças e adolescentes, um ao direito da comunidade LGBTQIA+ e três referente a mulheres.

Os dados evidenciam que na legislatura de 2021 a 2024, com dois anos de mandata da vereadora Madalena, os números de projetos de leis aprovados, protocolados, com parecer contrário ou arquivados, somam maior número, se comparado aos outros legisladores, apresentam igualdade somente com o/a vereador/a 2, com 8 projetos aprovados. A mandata exerce o trabalho coletivamente, é imersa nos movimentos sociais, e ainda atua politicamente com participação popular, coletiva e de apoiadores, os direcionamentos dos projetos de leis tem a marcação de trabalho tecido em rede.

Em termos gráficos, a presente legislatura revela a seguinte estatística (quantidade e percentual) aos Projetos de leis apresentados pela vereadora Madalena Silva:



Elaboração: autoras, 2023. Fonte: memorando 001/2023 da câmara municipal de Abaetetuba, 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SANKOFA é reiteradamente solicitado para estar promovendo palestras, debates, formações nos espaços formais e não formais de ensino. O que leva a inferir que é um movimento que educa também o campo educacional e político, com desdobramentos para o município de Abaetetuba, Igarapé-Miri e suas circunvizinhanças. A capacidade de produzir conhecimentos e práticas educativas, políticas, emancipatórias antirracistas junto à população, evidencia maiores identificações de atos racistas, de positividade da estética negra, através do uso de turbantes, tranças, black e de encontros aquilombados.

O Coletivo SANKOFA reverbera falas negras, de negras para negras, enaltecendo nossa beleza, inteligência, força política, construindo narrativas com nossas próprias mãos. As ações das mulheres levaram à projeção do nome do coletivo da mandata e de suas integrantes, a expressão desse coletivo se manifesta ao conseguir eleger uma mulher negra vereadora em uma disputa eleitoral municipal. O coletivo segue promovendo educação antirracista e formação política no município de Abaetetuba e circunvizinhanças.

## REFERÊNCIAS

ADÃO, J.M. Práxis educativa do movimento negro no estado do Rio Grande do Sul. In: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Orgs). **Identidade negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2003, p. 46-74.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. Autêntica Editora, 2020.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Alfabetização e Diversidade e Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei**. Brasília: Secretaria de educação continuada, 2005.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1ª ed. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Bomtempo, 2019.

DÁCIO, Ígora; RIBEIRO, Milton. “Mulheres de Abaetetuba: trajetórias femininas na cena política de uma cidade do interior paraense”, **Amazônica – Revista de Antropologia [online]**, v. 8, n. 2, p. 284-308. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v8i2.5045>

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34/1995, 4ª reimpressão, 2006.

FREITAS, Tais Pereira de. **Mulheres Negras na Educação Brasileira**. 1ª ed. Curitiba: Editora Appris, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 50ª edição. Global Editora. 2005.

GOMES, de Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Maria das Graças. Subjetividade e Negritude. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.). **Cadernos PENESB: Relações Raciais e Educação**, nº6. Niterói: Cadernos PENESB/ EDUFF, 2002.

GONZALEZ, Lélia. A democracia racial: uma militância. **Arte & Ensaios**, n. 38, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem política e econômica. GONZALEZ, Lélia. **Primavera para pessoas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** Coletânea Organizada e Editada pela UCPA, Editora Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz Companhia das Letras, 2020.

GRUNEICH, Danielle; CORDEIRO Iara. **O que é violência política contra a mulher?** – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins fontes, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. 1º ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

**O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

PASSOS, E. e de BARROS, R. B. 2015. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: E. PASSOS, V. KASTRUP e L. ESCÓSSIA (org.), **Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre, Sulina. p. 17- 31.

PRIOLI, Gabriela. **Política é para todos**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODEGHIERO, T. H.; DUARTE, T. **O que é o agenciamento-desejo?**. 2020. Educapes. Disponível em: [<http://educapes.capes.gov.br/handle/c...>]. Acesso em: 13 jul. 2023.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, M. S. Mariana quer ser livre: tráfico de escravizados e nação em Belém (1700-1750). **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, ed. especial, p. 10-26, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/960>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, Michele Lopes da. **Mulheres negras em movimento(s): trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em belo horizonte/MG**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SISS, A. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas**. Rio de Janeiro: Quartet, Niterói: Penesb, 2003.

SKIDMORE, T E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Mônica Lima. Venho de Angola: do vocabulário aos costumes, a identidade brasileira tem origem no outro lado do Atlântico. In: COELHO, Anna Carolina de Abreu; ALVES, Davison Hugo Rocha; NEVES NETO, Raimundo Moreira das (Org.). **Perspectivas de pesquisa em História na Amazônia: natureza, diversidade, ensino e direitos humanos**. Belém: Açaí, 2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.